



12º ENCONTRO DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

14 e 15 de Outubro de 2016
CASTELO BRANCO

Simplex +: o que precisamos para além da Medida 51?

Alexandra Lourenço

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
Edifício da Torre do Tombo, Alameda da Universidade
1649-010 Lisboa
Tel: 210037100
E-mail: alexandra.lourenco@dglab.gov.pt

Pedro Penteado

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
Edifício da Torre do Tombo, Alameda da Universidade
1649-010 Lisboa
Tel: 210037100
E-mail: pedro.penteado@dglab.gov.pt

Resumo

A comunicação informa, num primeiro momento, os esforços promovidos pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) no sentido de desenvolver soluções de natureza transversal, numa perspetiva suprainstitucional, para a classificação e avaliação da informação pública. Salienta, a este nível, o Programa Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica (PAEIS), destinado num primeiro momento à Administração Central e Local. Visa a utilização do esquema MIP – Metainformação para a interoperabilidade e a MEF – Macroestrutura Funcional nos sistemas de arquivo das entidades públicas.

Num segundo momento detalha a metodologia e os resultados que permitiram alargar o alcance destes instrumentos, nomeadamente a Lista consolidada dos 3ºs níveis harmonizados para planos de classificação conformes à MEF e o output principal do projeto ASIA “Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística”, que pretende facilitar a construção de portarias de gestão de documentos.

De seguida, apresenta-se um conjunto de soluções propostas pela DGLAB para estimular a implementação dos referidos instrumentos, em que é destacada a Medida 51 do Simplex + (Arquivo Digital), a utilizar nas transações entre a Administração Central e Local. Reflete-se ainda sobre outras vias que permitem reforçar esta implementação, de natureza político-estratégica e operacional.

Palavras-chave: Avaliação suprainstitucional, informação pública, plataforma modular de classificação e avaliação, Simplex +.



12º ENCONTRO DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

14 e 15 de Outubro de 2016
CASTELO BRANCO

INTRODUÇÃO

A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), organismo de coordenação da política arquivística, tem procurado alinhar a sua estratégia no enquadramento da política europeia e nacional de governo eletrónico e de acesso e reutilização da informação pública (LOURENÇO et al., 2014). Ao mesmo tempo, procura contribuir para a implementação das políticas nacionais de interoperabilidade, apostando no desenvolvimento de soluções transversais de interoperabilidade semântica entre os organismos das Administrações Públicas, que permitam dispor de esquemas, ontologias e vocabulários comuns e disponibilizar informação estruturada, transparente (LOURENÇO et al., 2015 b).

INSTRUMENTOS TRANSVERSAIS PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS

No conjunto de soluções propostas pela DGLAB, destacamos o Programa Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica (PAEIS), que visa produzir e implementar referenciais e outros instrumentos destinados a facilitar a interoperabilidade semântica na Administração Pública e nas entidades públicas com que esta se relaciona e que executam funções do Estado. As entidades que voluntariamente aderem ao Programa têm a obrigação de aplicar o MIP – Metainformação para a interoperabilidade e a MEF – Macroestrutura Funcional nos sistemas de arquivo que utilizam, podendo usufruir, para o efeito, de serviços de consultoria, formação, etc. Conta atualmente com mais de meia centena de entidades participantes, abrangendo a Administração Central e Local, tendo recentemente aberto a possibilidade de adesão a organismos da Administração Regional.

O MIP é um esquema constituído por um conjunto de 17 elementos e respetivos subelementos de metainformação descritiva, alguns deles obrigatórios, “cujo objetivo primário é prover a interoperabilidade entre organismos ao nível da utilização, gestão e acesso a recursos informativos”, independentemente de serem, ou não, de natureza arquivística (DGLAB, 2012). A MEF é uma estrutura semântica que representa funções do Estado, organizadas de acordo com um modelo hierárquico, desenvolvido a dois níveis (DGLAB, 2013a).

A DGLAB viria a desenvolver em 2013 um projeto cooperativo para a criação de uma linguagem comum a 3º nível, denominado “Harmonização de classes de 3º nível em planos de classificação conformes à MEF”. Para o efeito estabeleceu uma metodologia que toma os processos de negócio da Administração como base para a identificação dos 3ºs níveis. Deste trabalho viria a resultar uma Lista consolidada (LC) dos 3ºs níveis harmonizados (cf. versão 05 em DGLAB, 2015), definidos de acordo com as regras estabelecidas nas “Orientações básicas para o desenvolvimento dos terceiros níveis em planos de classificação conformes à Macroestrutura Funcional”.

O carácter incremental da LC permite a integração de processos de negócio propostos pelas entidades que sucessivamente vão concluindo os seus planos de classificação, servindo simultaneamente de base para o desenvolvimento de novos planos de classificação. A LC constitui, assim, uma espécie de árvore primordial, que cresce à medida que novas entidades aderem ao projeto ou que são identificados novos processos. É a matriz dos planos de classificação institucionais / ministeriais ou por comunidade de interesse, permitindo deste modo a utilização das mesmas classes em distintos planos, dado que todas proveem de uma origem única.

Neste contexto, a DGLAB passou a coordenar a atribuição dos códigos e restantes conteúdos das classes de 3º nível para planos de classificação harmonizados e conformes à MEF, de modo a existir um código de classificação unívoco, passível de ser utilizado em diferentes planos de classificação, na Administração, garantindo a interoperabilidade semântica na classificação.

Um dos primeiros planos de classificação que partilham esta linguagem comum é a versão 0.2 do Plano de



12º ENCONTRO DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

14 e 15 de Outubro de 2016
CASTELO BRANCO

Classificação de Informação Arquivística para a Administração Local (PCIAAL) realizado pelo Grupo de Trabalho das Autarquias em colaboração com a DGLAB (GT MEF AUTARQUIAS, 2014).

Em 2015, aprofundando os trabalhos colaborativos em curso, o órgão de coordenação desenvolveu o projeto ASIA - “Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística”. Este projeto, assente no esquema de classificação da LC, procurou avaliar a informação anteriormente estruturada provendo uma resposta a necessidades societárias de preservação da memória e de garante de direitos e deveres, bem como a necessidades gestionárias, ao nível das práticas de boa gestão informacional (conservar o que é relevante, durante o tempo necessário).

O projeto ASIA visa a criação de um instrumento comum para a Administração Pública, que integre as decisões de avaliação (determinação dos prazos de conservação e do destino final) para a informação constante nos processos de negócio harmonizados. Tem como objetivo final dar suporte à elaboração de dispositivos legais para a seleção da informação a conservar e a eliminar (portarias de gestão de documentos).

Apresenta como elemento diferenciador, face às práticas atuais, o facto de a avaliação partir de uma visão global da atuação da Administração, em oposição a uma visão institucional fragmentada, para a determinação da informação que deve ser conservada, de forma não redundante, para constituir a memória da intervenção pública na Sociedade.

Atualmente cada entidade tem de proceder à elaboração de um instrumento específico, sendo que nem todas as entidades dispõem de recursos humanos com qualificações necessárias para a sua execução, recorrendo por isso à contratação de serviços. Um instrumento de natureza suprainstitucional, como o ASIA, permite uma perspetiva integradora da informação produzida pela AP, de modo a determinar que informação deve ser conservada, bem como a disponibilização de uma base que apenas necessita de ser adaptada para a elaboração de tabelas de seleção específicas, sem necessitar de uma construção de raiz.

A metodologia inerente ao projeto ASIA assenta num conjunto de princípios, pressupostos, valores e critérios que se encontram explicitados em Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística (ASIA): Documento metodológico (DGLAB 2016a).

Em 2015, foram convidados para participar neste projeto as secretarias-gerais dos ministérios, organismos aderentes ao Programa Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica (PAEIS), organismos que já concluíram planos de classificação utilizando a Macroestrutura Funcional ou que se encontram em processo de desenvolvimento, organismos que participaram no referido projeto de “Harmonização de classes de 3º nível” e organismos de supervisão, controlo e fiscalização, que para o cumprimento da sua missão e responsabilização de terceiros, necessitam de utilizar informação conservada noutras entidades.

No início de março de 2016, o projeto foi apresentado à tutela da DGLAB e procedeu-se seguidamente à sua difusão pública para recolha final de contributos (DGLAB, 2016b). Mais de uma centena e meia de entidades responderam a este desafio. Neste momento, o projeto encontra-se em fase de sistematização, análise e acolhimento de contributos, sendo previsível a produção da versão 1 até ao final de outubro.

A MEDIDA 51 DO SIMPLEX+ E O PROJETO M51 - CLAV

O atual Governo, no contexto das suas políticas de modernização da Administração, instituiu o Programa Simplex +, que visa a simplificação legislativa e administrativa e a modernização e inovação dos serviços



12º ENCONTRO DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

14 e 15 de Outubro de 2016
CASTELO BRANCO

públicos. No âmbito deste Programa, em 2016, foi apresentada uma Medida, intitulada “Arquivo Digital”, da responsabilidade do Ministério da Cultura, a desenvolver pela DGLAB. Visa a promoção da utilização de “instrumentos transversais de gestão da informação” para “classificar e controlar os documentos produzidos e recebidos nos organismos públicos”. Pretende-se que estes instrumentos sejam “disponibilizados por uma plataforma modular de serviços partilhados, passível de integração com os sistemas de informação existentes por qualquer organismo. A plataforma permite ainda desmaterializar os procedimentos, atualmente obrigatórios, para se poder eliminar documentação em papel no Estado”. A Medida tem de estar implementada até ao final do 4.º trimestre

2017 e destina-se à Administração Pública (cf. medidas disponíveis em <https://www.simplex.gov.pt/medidas>).

Para a concretização desta medida a DGLAB avançou com o projeto “M51 – CLAV. Arquivo Digital: Plataforma modular para a classificação e a avaliação da informação pública”, que também candidatou a financiamento comunitário.

A criação desta plataforma modular visa responder à problemática situação identificada nos diagnósticos à situação dos arquivos do Estado desenvolvidos pela DGLAB, com vista à implementação da Medida 12 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2012 (parcialmente disponíveis em <https://tic.gov.pt/pgetic/medidas/resolveuid/057496d939d248aab6f99b0b73c30db0>), nomeadamente no que diz respeito à diminuta utilização / aplicação de instrumentos para a estruturação da informação pública, com consequências ao nível da não recuperação de informação e da acumulação de documentos.

Pretende-se através desta plataforma incrementar a utilização pelas entidades da Administração Pública (AP) de instrumentos transversais para a classificação e avaliação da informação.

A gestão centralizada e a partilha de um serviço de classificação e avaliação permite ainda introduzir e garantir princípios de normalização indispensáveis à boa gestão e à interoperabilidade semântica.

O “Arquivo Digital: Plataforma modular para a classificação e a avaliação da informação pública” enquanto solução para os problemas de estruturação da informação pública deve integrar dois componentes:

- 1) Estrutura conceptual para a organização e avaliação da informação pública - (baseada nos produtos Macroestrutura funcional (MEF), Lista Consolidada dos Processos de Negócio da AP (LC) e Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística (ASIA), construídos com base em projetos colaborativos com a Administração.
- 2) Estrutura tecnológica que permita centralmente gerir e disponibilizar a estrutura conceptual, agregando logicamente a informação produzida pelas diversas entidades públicas, bem como desmaterializar o serviço de avaliação da informação pública e o serviço de controlo de eliminação de informação arquivística pública.

Esta estrutura tecnológica deve ter capacidade de integração com sistemas de gestão de documentos (record systems) ou com sistemas orientados ao negócio (business systems), fornecendo os componentes relativos à classificação e à avaliação (cf. em particular MoReq, 2011, 25, figura 1h, relativo ao modelo de serviço central de classificação).



12º ENCONTRO DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

14 e 15 de Outubro de 2016
CASTELO BRANCO

Modelo conceptual para o “Arquivo digital”/Estrutura modular (adaptada do Moreq2010)

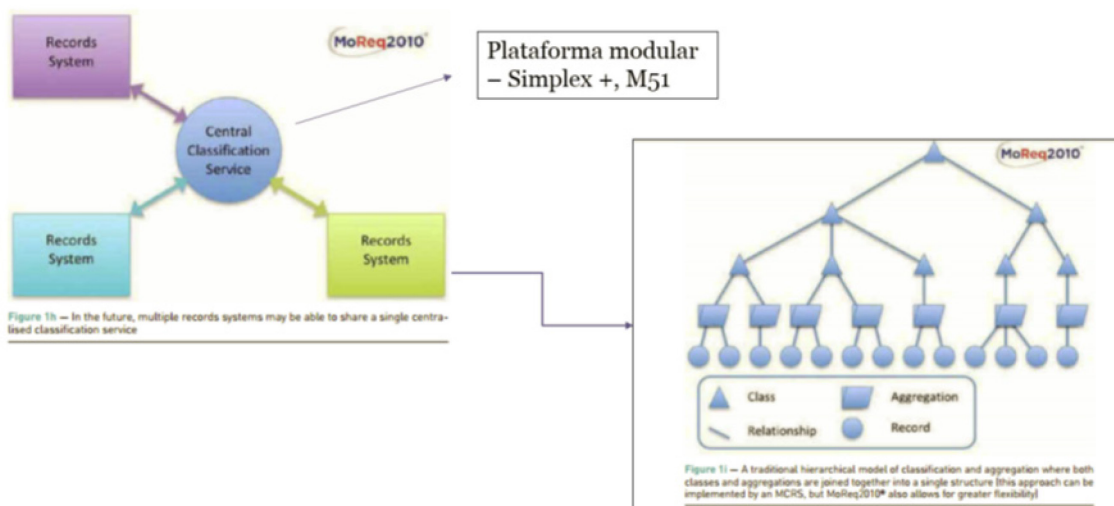


Figura 1: Modelo conceptual para o Arquivo digital /Estrutura modular

Esta disponibilização constitui uma inovação. Os sistemas, no que diz respeito à classificação e avaliação da informação, de um modo geral funcionam isoladamente, não permitindo a atualização de conteúdos deste tipo e a conexão com o órgão de coordenação. Passará a estar disponibilizado um serviço transversal passível de ser partilhado por todas as entidades públicas, através de uma infraestrutura tecnológica comum e facilitadora da interoperabilidade, num processo de gestão comum da informação pública.

O “Arquivo Digital: Plataforma modular para a classificação e a avaliação da informação pública” deverá disponibilizar:

- Produtos e serviços e orientados à administração pública, atualmente inexistentes, como:
 - ontologia (especificação formal inteligível por humanos e máquinas) da estrutura conceptual para a organização e avaliação da informação pública, contemplando a representação das funções do Estado e dos processos de negócio da AP, das relações entre estes, com identificação das entidades responsáveis pela preservação da informação e do ciclo de vida desses processos;
 - tabela de seleção com o ciclo de vida das classes representativas dos processos de negócio (prazos de conservação / retenção administrativa e destino final da informação pública) para implementação em contexto organizacional ou pluriorganizacional;
 - desmaterialização e simplificação dos serviços de:
 - avaliação da informação produzida pela AP (atividades de recolha de dados, submissão, análise e decisão sobre as propostas). Atualmente o processo é efetuado com base em formulários em Excel e submetido por email ou correio, vertido posteriormente para o sistema



12º ENCONTRO DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

14 e 15 de Outubro de 2016
CASTELO BRANCO

de gestão documental organizacional, analisado, entre outros, com recurso à multiplicidade de referenciais dispersos por cerca de uma centena de portarias de gestão de documentos, submetido para decisão hierárquica e respondido pela mesma via.

- controlo de eliminação de documentos (procedimento obrigatório para todas as entidades públicas que pretendam eliminar documentos / informação produzida, de acordo com o Decreto-Lei n.º 447/88 e portarias de gestão de documentos subsequentes, encontrando-se em vigor quase uma centena de portarias orientadas para a produção documental de vários organismos). Atualmente a submissão é efetuada por correio ou via email, sendo fornecida resposta pela mesma via. A desmaterialização deste processo permitiria a identificação imediata na Lista Consolidada de processos de negócio, disponibilizada através da plataforma, simplificaria o procedimento de análise e a resposta. Os benefícios traduzem-se em termos de diminuição do custo do processo e da redução do tempo de resposta.
- Serviços e produtos orientados ao cidadão, atualmente inexistentes que promovem o acesso aberto aos dados e a partilha de conhecimento, como:
 - Listagem de processo de negócio por entidades e das respetivas relações, inseridos numa estrutura classificativa por funções da AP, ainda passível de disponibilização na plataforma Dados.gov.pt, com acesso também pelo Portal do cidadão.
 - Catálogo de ativos semânticos da AP sobre funções e processos de negócio do Estado para promover Linked Open Data (LOD) e a Web semântica.

Assim, atentos os resultados do diagnóstico e as ações de benchmarking com outros países, constituem, entre outros, objetivos do “Arquivo Digital: Plataforma modular para a classificação e a avaliação da informação pública”:

- Gerais (AP e cidadão):
 - Diminuir globalmente os custos com o desenvolvimento de produtos (planos de classificação e tabelas de seleção, geralmente obtidos pela AP através da prestação de serviços) e módulos ou componentes orientadas à estruturação da informação e gestão do seu ciclo de vida nos sistemas de gestão de documentos de arquivo (record systems);
 - Diminuir os custos com o armazenamento da documentação / informação, ao disponibilizar um instrumento com os prazos e os destinos da informação e ao simplificar o processo de autorização de eliminação.
 - Disponibilizar produtos e serviços (abaixo indicados) com utilidade para todas as entidades da AP, de uma forma integrada e transversal;
 - Potenciar a utilização de uma linguagem comum para os diversos organismos da AP, permitindo a uniformização de procedimentos, a melhor recuperação da informação e potenciando a interoperabilidade semântica, particularmente nas trocas informacionais que se desenvolvem na iAP;
 - Controlar globalmente a documentação eliminada e potenciar a capacidade do Estado para aferir a salvaguarda dos direitos e deveres das instituições públicas e do cidadão, bem como do processo de constituição dos referenciais para a identidade nacional;
 - Aumentar a transparência da informação para o cidadão ao disponibilizar numa plataforma única a estrutura de organização da informação produzida pela AP, representativa das suas funções e processos de negócio.
- Específicos:
 - Desmaterializar o procedimento de submissão de propostas de alteração à ontologia;



12º ENCONTRO DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

14 e 15 de Outubro de 2016
CASTELO BRANCO

- Controlar o versionamento da ontologia para a organização e avaliação da informação pública, garantir a utilização correta dos códigos de classificação por parte das entidades, evitando a utilização simultânea de diferentes versões, nomeadamente das que deixaram de estar em vigor;
- Controlar os produtos derivados da ontologia principal (planos de classificação e tabelas de seleção organizacionais ou pluriorganizacionais);
- Disponibilizar a ontologia de forma legível por humanos e máquinas (modelação dos dados e a sua conversão para RDF ("Resource Description Framework), SKOS ("Simple Knowledge Organization System") e OWL ("Ontology Web Language").
- Desmaterializar a relação entre as entidades da AP e a DGLAB, no que diz respeito ao procedimento de avaliação e de controlo de eliminação.

Pretende-se que a referida plataforma modular tenha como características técnicas:

- Utilização de uma tecnologia aberta facilitadora de um processo de integração modular entre sistemas;
- Interligação com a Plataforma de integração (PI) da iAP, potenciando as ferramentas de interoperabilidade existentes;
- Utilização de mecanismos de identificação eletrónica e recurso ao mecanismo de single sign-on através do fornecedor de autenticação da Administração Pública disponibilizado através da plataforma iAP para autenticação nos serviços disponibilizados.

Esta plataforma ao disponibilizar produtos e serviços, por um lado inexistentes, e por outro, ao simplificar e desmaterializar procedimentos, vem alterar substancialmente a situação existente, substituindo-a por um novo mecanismo de interação.

PARA ALÉM DA MEDIDA 51

A medida 51 e a Plataforma que lhe está subjacente constituem um meio para reforçar a boa gestão da informação pública.

Contudo, impõe-se a construção de outras vias complementares para alavancar a implementação dos resultados do projeto ASIA nos sistemas de informação da Administração Pública (AP). Nesse sentido, deve ser dada particular relevância ao enquadramento político-estratégico, bem como a medidas que permitam a sua aplicação operacional na AP. Constitui ainda fator crítico de sucesso o envolvimento dos titulares dos Ministério da Cultura e da Modernização Administrativa, nomeadamente no suporte político e na disponibilização dos recursos necessários ao processo de mudança (jurídica, organizacional, tecnológica, etc.).

Em torno destas soluções colocam-se várias questões, sobre as quais é importante refletir:

- 1) Enquadramento político-estratégico
 - Que orientações e suporte legal deverão ser estabelecidos para ajudar a sedimentar a aplicação dos instrumentos transversais criados para a classificação e avaliação da informação pública?
 - A aplicação deverá ter um carácter de obrigatoriedade?
- 2) Medidas para a aplicação operacional na AP
 - Como sedimentar o produto-base resultante do projeto ASIA com um modelo de natureza incremental aberto a contributos de entidades ainda não participantes ou a novos desenvolvimentos funcionais da Administração?
 - Com que periodicidade deverá ser revisto o produto-base?
 - De que modo um projeto colaborativo para a construção de um manual de implementação pode



12º ENCONTRO DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

14 e 15 de Outubro de 2016
CASTELO BRANCO

- contribuir para facilitar este processo?
- Que apoios poderão ser garantidos para as entidades aderentes do PAEIS, nomeadamente ao nível da formação?

Neste âmbito é ainda importante aprofundar os eventuais impactos da Medida 51, Simplex +, nomeadamente:

- Como é que a utilização de uma plataforma de uso transversal pode facilitar a uniformização de procedimentos?
- Quais os impactos de uma plataforma modular para a classificação e avaliação na (re)configuração dos sistemas de informação?
- De que modo pode permitir um salto qualitativo no processo de desmaterialização do controlo efetuado pela DGLAB na aplicação das tabelas de seleção, tendo em vista a constituição da memória coletiva?

O Encontro Nacional dos Arquivos Municipais constitui uma ótima ocasião para um debate alargado em torno destas questões, envolvendo os profissionais da informação e documentação e estimulando-os a encontrar respostas para o inevitável processo de mudança que se avizinha.

CONCLUSÃO

A DGLAB, através do projeto “M51 – CLAV. Arquivo Digital: Plataforma modular para a classificação e a avaliação da informação pública pretende disponibilizar para a Administração Pública, beneficiando indiretamente o cidadão e as empresas através da melhoria do serviço que lhes é prestado e da redução da despesa pública, um conjunto de instrumentos para a classificação e avaliação da informação pública, incrementando a taxa de utilização destes instrumentos e permitindo:

- Disponibilização através das TIC de produtos para a AP e para o cidadão;
- Desmaterialização de serviços;
- Redução da despesa pública;
- Contributo para uma maior eficiência interna dos serviços.

Os esforços promovidos pela DGLAB com vista à disponibilização e implementação de instrumentos transversais de classificação e avaliação na Administração constituem uma base para impulsionar as políticas de modernização administrativa, de desmaterialização, de interoperabilidade semântica e de reutilização.

Paralelamente, são fundamentais para uma atuação transparente da parte da Administração Pública, estimulando uma cidadania ativa e incrementando a qualidade da Democracia. Trata-se de tornar a informação num ativo valioso, gerido de forma eficiente e transportando vantagens económicas para a AP, para o cidadão e para as empresas.

As soluções propostas pela DGLAB para facilitar a implementação dos referidos instrumentos implicam a continuação do esforço e o trabalho colaborativo de um conjunto largo de entidades. Constitui ainda fator crítico de sucesso o necessário suporte dos responsáveis políticos das áreas da Cultura e da Modernização Administrativa, traduzido, entre outros aspetos, na disponibilização dos recursos inerentes ao processo de mudança (jurídica, organizacional, tecnológica, etc.).

Não menos relevante é o desafio colocado aos arquivistas e profissionais da informação no sentido de enfrentarem este processo de mudança, vencendo-o.



12º ENCONTRO DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

14 e 15 de Outubro de 2016
CASTELO BRANCO

REFERÊNCIAS

DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS (2013) – Metainformação para a Interoperabilidade - MIP. [Em linha]. Lisboa: DGARQ. [Consult. 13 Jun. 2016]. Disponível na Internet: http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/MIP_v1-0c.pdf

DIREÇÃO GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS (2013a) - Macroestrutura funcional (MEF). Versão 2.0. [Em linha]. Lisboa: DGLAB. [Consult. 13 Jun. 2016]. Disponível na Internet: http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/2013-03-28_MEF-v2_0.pdf

DIREÇÃO GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS (2013b) - Orientações básicas para o desenvolvimento dos 3ºs níveis em planos de classificação conformes à Macroestrutura Funcional. [Em linha]. Lisboa: DGLAB, 2013. [Consult. 13 Jun. 2016]. Disponível na Internet: http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/02/2013_Orient-3-niveis_PC-MF.pdf

DIREÇÃO GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS (2015) - Lista consolidada: 3ºs níveis em planos de classificação conformes à MEF. [Em linha]. Lisboa: DGLAB, 2015. [Consult. 13 Jun. 2016]. Disponível na Internet: http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2016/03/3s-niveis_consolidacao_v05_2015-04-09.pdf

DIREÇÃO GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS (2016a) - Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística (ASIA): documento metodológico. [Em linha]. Lisboa: DGLAB. [Consult. 13 Jun. 2016]. Disponível na Internet: http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2016/03/ASIA_Doc-metodologico2016-03-10.pdf

DIREÇÃO GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS (2016b) – Projeto ASIA. [Em linha]. Lisboa: DGLAB, 2016. [Consult. 13 Jun. 2016]. Disponível na Internet: <http://arquivos.dglab.gov.pt/programas-e-projectos/modernizacao-administrativa/macroestrutura-funcional-mef/>

DLM FORUM FOUNDATION (2011) - MoReq2010 Specification: Modular Requirements for Records System. [Em linha]. DLM Forum. [Consult. 13 Jun. 2016]. Disponível na Internet: http://www.moreq.info/files/moreq2010_vol1_v1_1_en.pdf

GRUPO DE TRABALHO MEF/AUTARQUIAS (2014) - Plano de Classificação da Informação Arquivística para a Administração Local. Versão 0.2. [Em linha]. Lisboa: DGLAB. [Consult. 13 Jun. 2016]. Disponível na Internet: http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/02/PC_AL_2014_01_311.pdf

LOURENÇO, Alexandra; HENRIQUES, Cecília; PENTEADO, Pedro (2012) - O desafio da interoperabilidade na gestão dos arquivos da Administração: propostas do órgão de coordenação nacional. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. [Em linha]. Lisboa. [Consult. 13 Jun. 2016]. Disponível na Internet: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/452/pdf>

LOURENÇO, Alexandra; PENTEADO, Pedro (2014) – Una estrategia para mejorar el acceso y la reutilización de la información pública en Portugal: el papel de la interoperabilidad semántica. In Girona 2014: Archivos e Industrias Culturales. [Em linha]. Girona: ICA. [Consult. 13 Jun. 2016]. Disponível na Internet: <http://www.girona.cat/web/ica2014/ponents/textos/id200.pdf>



12º ENCONTRO DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

14 e 15 de Outubro de 2016
CASTELO BRANCO

LOURENÇO, Alexandra; PENTEADO, Pedro (2015a) - A caminho da ASIA – Avaliação Suprainstitucional da Informação Arquivística. In: Atas do 12.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. [Em linha]. Lisboa: BAD. [Consult. 13 Jun. 2016]. Disponível na Internet: http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1458/pdf_90 .

LOURENÇO, Alexandra; RAMALHO, José Carlos; PENTEADO, Pedro (2015b) - Uma ontologia para os processos de negócio da Administração. In: Atas do 12.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. [Em linha]. Lisboa: BAD, 2015. [Consult. 13 Jun. 2016]. Disponível na Internet: http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1458/pdf_90 .